



CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 8ª REGIÃO

Sede: Rua Marechal Deodoro, 630, sala 203 Edifício Centro Comercial Itália, Curitiba/PR, CEP 80010-010
Telefone: 41 3224-0008 - <https://www.crn8.org.br/> - E-mail: crn8@crn8.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08085.000023/2025-08

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preço para serviço de natureza não continuada de transmissão ao vivo, com gravação e disponibilização do conteúdo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO |
|------|-----------------------|--------|-------------------|------------|----------------|
| 1 | Transmissão de Evento | 19658 | EVENTO | 14 | R\$3.523,00 |

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados do(a) data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026 do CRN-8 prevê, no mínimo, 12 eventos institucionais de diferentes portes e finalidades, todos voltados ao cumprimento das atribuições legais e ao fortalecimento das ações de orientação, fiscalização e valorização profissional. Dentre esses 12 eventos, 11 possuem como público-alvo profissionais e atores sociais distribuídos em diversas regiões do Estado do Paraná, o que torna imprescindível a disponibilização de meios que permitam a participação remota de forma adequada, estável e acessível.

2.2. Diante desse cenário, adotou-se a incorporação de uma margem de segurança na estimativa da contratação. Considerando que este processo está alinhado aos processos de contratação do Serviço de Alimentação (08085.000021/2025-19) e do Serviço de Locação de Espaço (08085.000022/2025-55), entende-se ser pertinente adotar a mesma margem de segurança utilizada nesses procedimentos, equivalente a 30%. Aplicando esse percentual ao presente caso, obtém-se o total de 14 serviços de transmissão, número capaz de contemplar adequadamente eventuais demandas extraordinárias.

2.3. Embora muitos desses eventos sejam realizados presencialmente na cidade de Curitiba, é fundamental que sua transmissão seja garantida via internet, especialmente por intermédio do canal oficial do CRN-8 no YouTube. Essa medida assegura que nutricionistas, estudantes, representantes de instituições de saúde, gestores, técnicos de nutrição e dietética e demais interessados possam acompanhar as atividades mesmo estando fisicamente distantes, ampliando o alcance institucional e democratizando o acesso às informações.

2.4. A transmissão online, realizada com qualidade técnica e recursos profissionais adequados, contribui diretamente para a promoção da inclusão e da equidade, princípios que orientam a atuação pública. Ao possibilitar a participação de pessoas residentes em regiões mais afastadas, o CRN-8 reduz barreiras geográficas e fortalece sua presença em todo o território paranaense.

2.5. Adicionalmente, o uso do YouTube como plataforma oficial garante que os conteúdos transmitidos permaneçam armazenados e disponíveis para consulta posterior, atendendo ao interesse público e permitindo que os materiais possam ser utilizados em atividades de formação, pesquisa, educação continuada e orientação técnica. Tal prática reforça o compromisso do CRN-8 com a transparência, a difusão de conhecimento e a prestação de serviços de qualidade à sociedade.

2.6. Diante desses elementos, fica evidenciada a necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de audiovisual para transmissão via internet, de forma sob demanda, assegurando padrão técnico, estabilidade, acessibilidade e perenidade dos conteúdos produzidos nos eventos institucionais previstos para o exercício de 2026.

2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A presente solução refere-se à contratação de serviços audiovisuais de transmissão de eventos, encontros, reuniões especiais, workshops e demais atividades institucionais previstas no Planejamento de 2026 do CRN-8. A contratação ocorrerá por meio de Ata de Registro de Preços, permitindo ao CRN-8 solicitar o serviço por demanda, sempre que necessário.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. As transmissões terão duração mínima de 1 hora e máxima aproximada de 3 horas de transmissão.

4.2. Os equipamentos deverão respeitar as seguintes quantidades e requisitos técnicos:

| Item | Descrição | Quantidade máxima a ser solicitada | Observações |
|------|--------------------------|---|--|
| 1 | Câmera para transmissão | Até 3 unidades | Câmera de transmissão que seja, no mínimo, Full HD ou 4K, com zoom óptico de 10x. Uma câmera deverá ser focada para seguir o palestrante durante sua fala e a outra deverá ser usada para imagens grande angular mostrando o palco em sua totalidade. O tipo de lente deverá ser capaz de atender essas necessidades. |
| 2 | Tripés de câmera | Até 3 unidades | Tripés precisa garantir estabilidade e versatilidade de ângulos por meio de cabeça hidráulica. |
| 3 | Software de transmissão | 1 unidade | A empresa contratada deverá disponibilizar e utilizar solução de software devidamente licenciada para a realização da transmissão do evento, compatível com a plataforma YouTube. Caberá à contratada realizar previamente todos os testes técnicos necessários — incluindo conectividade, áudio, vídeo e integração com a plataforma — a fim de garantir o pleno funcionamento da transmissão antes do início do evento. Exemplos de softwares que podem ser aceitos: Wirecast e/ou OBS Studio |
| 4 | Computador | Até 2 computadores | A empresa também deverá ficar responsável por fornecer o computador que será utilizado para transmissão, que seja compatível com o software de transmissão e que seja, no mínimo, Intel Core i5, 16GB ou 32GB de RAM, placa de vídeo e SSD. |
| 5 | Switcher de transmissão | 1 unidade | A empresa deverá possuir um switcher que permita a troca de câmeras durante a transmissão. |
| 6 | Mesa de som | 1 unidade | Deverá permitir a conexão do microfone dos palestrantes durante a transmissão ao vivo e controle de volume e mixagem. |
| 7 | Equipe técnica | Até 3 pessoas | A empresa deverá fornecer no dia do evento, pelo menos, duas pessoas que seja técnicas e que fiquem responsabilizadas por realizar toda a transmissão. Uma pessoa deverá ficar responsável pelo computador, software e switcher para transmissão, bem como a mesa de som, enquanto outra pessoa ficará responsável pelas câmeras e cabos. Caberá à contratada avaliar a necessidade de incluir um técnico adicional, garantindo sempre o quantitativo mínimo de dois técnicos. |
| 8 | Microfones | Até 5 microfones | Deverá garantir que o áudio seja captado (ou seja, gravado) e transmitido corretamente durante a transmissão do evento ou serviço contratado |
| 9 | Extensões e cabos extras | A contratada deverá se responsabilizar pela quantidade que julgar suficiente para atender a demanda | |

4.2.1. Os itens deverão ser compatíveis entre si.

4.3. A transmissão deverá observar, no mínimo, os seguintes parâmetros técnicos:

- I - resolução mínima Full HD (1920x1080p), com taxa mínima de 30 fps;
- II - áudio captado em padrão estéreo, sem chiados, microfonia contínua, distorções severas, cortes prolongados ou volume incompatível com a compreensão do conteúdo;
- III - sincronização adequada entre áudio e vídeo, admitindo-se defasagem máxima de até 2 segundos;
- IV - estabilidade da transmissão durante toda a execução do evento, admitindo-se interrupções somadas de, no máximo, 1% do tempo total transmitido;
- V - manutenção contínua do enquadramento adequado dos palestrantes e da mesa principal, evitando perda recorrente de foco, cortes indevidos ou obstruções visuais;
- VI - utilização de bitrate compatível com a plataforma de transmissão e com a resolução contratada, de modo a evitar pixelização excessiva ou degradação perceptível da imagem.

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Informações pertinentes para a elaboração da proposta

4.6. Os serviços serão prestados em locais situados em um raio máximo de 5 km da sede deste Conselho, localizada no Edifício Centro Comercial Itália, Rua Marechal Deodoro, nº 630, sala 203, Centro, Curitiba - PR, CEP 80010-010.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A execução contratual terá início no primeiro dia útil subsequente ao envio do contrato devidamente assinado por ambas as partes, admitindo-se que, nesse mesmo envio, seja formalizado o aviso prévio da transmissão a ser executada, conforme previsto no item 5.2 deste Termo de Referência. O envio do contrato assinado e do aviso prévio deverá ocorrer por meio eletrônico oficial ou outro canal previamente definido entre as partes, garantindo a rastreabilidade e a comprovação da comunicação.

5.2. O Conselho Regional de Nutrição da 8ª Região compromete-se a encaminhar à contratada cada solicitação de transmissão com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data prevista para realização do evento, reunião ou ocasião em que os serviços forem requeridos.

5.3. A contratada observará os seguintes procedimentos para a devida execução:

5.3.1. Deverá comparecer ao local do evento com antecedência mínima de 2 (duas) horas em relação ao horário previsto para início, a fim de realizar a montagem, configuração e testes dos equipamentos necessários à transmissão, garantindo pleno funcionamento antes do início da atividade.

5.3.2. Será responsável por realizar visita técnica obrigatória ao local do evento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, para verificar as condições físicas, infraestrutura elétrica, rede de internet, posicionamento dos equipamentos e demais aspectos técnicos indispensáveis à execução do serviço.

5.3.2.1. É vedado à contratada transferir ao fiscal designado qualquer responsabilidade inerente à execução do serviço, incluindo, mas não se limitando, à solicitação de fotos, vídeos ou quaisquer outros materiais que possam substituir a realização da visita técnica obrigatória.

5.3.2.2. Caso a contratada opte por não realizar a visita técnica prévia, conforme previsto neste Termo de Referência, tal conduta será considerada inexecução parcial do contrato, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação aplicável e neste instrumento contratual.

5.3.3. A contratada deverá possuir plano mínimo de contingência operacional, contemplando:

a) equipamento reserva ou solução alternativa para substituição emergencial de câmera, computador ou microfone em caso de falha;

b) gravação local simultânea da transmissão, independentemente do streaming realizado na plataforma;

c) substituição imediata de cabos, extensões ou periféricos defeituosos;

d) atuação corretiva imediata da equipe técnica durante toda a execução do evento.

5.3.4. Deverá efetuar a transmissão ao vivo do evento por meio do canal oficial do YouTube do CRN8, cujo acesso será disponibilizado previamente pelo Setor de Comunicação do Conselho. A contratada deverá garantir qualidade de áudio e vídeo compatível com padrões profissionais, bem como estabilidade da transmissão durante todo o evento.

5.3.4.1. A disponibilização do conteúdo gravado ocorrerá de forma concomitante à transmissão ao vivo do evento, permanecendo automaticamente armazenado e disponível no canal oficial do YouTube do Conselho imediatamente após o encerramento da transmissão, sem necessidade de processamento ou envio posterior pela contratada, permanecendo acessível ao público até eventual decisão administrativa de indisponibilização do conteúdo.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial bem como os cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles encaminhadas.

6.3.1.1. Reputa-se como entregue e recebido, e-mail que não retornar com mensagem de erro.

6.3.2. A empresa deverá incluir o domínio @crn8.org.br na sua lista de e-mails confiáveis como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas SPAM ou lixo eletrônico

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos

defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.17.1. Acompanhar a visita técnica da empresa contratada no local previamente definido para execução do evento. Durante essa etapa, caberá ao fiscal:

a) Registrar por escrito todas as observações, apontamentos técnicos e eventuais adequações sugeridas pela empresa responsável pela transmissão.

b) Atuar como intermediador junto à empresa responsável pela locação do espaço, garantindo a viabilidade das solicitações técnicas apresentadas.

c) Informar formalmente à Administração caso alguma adequação seja considerada inviável por limitações físicas, contratuais ou operacionais, para adoção das medidas cabíveis.

6.17.2. Durante a realização do evento, o fiscal deverá:

a) Observar se os parâmetros acordados estão sendo cumpridos.

b) Solicitar ajustes pontuais necessários para garantir a qualidade do serviço e o alcance do resultado esperado, incluindo correções no enquadramento de câmera, posicionamento de microfones, iluminação, captação de áudio e demais aspectos técnicos que possam impactar negativamente na experiência do público ou na integridade da gravação/transmissão.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto abaixo.

| Critério | Peso | Como Pontuar |
|---|-----------|--|
| Câmera principal captava corretamente o palestrante | 10 pontos | 10 pts: Foco por 100% a 90% do tempo 7 pts: Foco por 89% a 75% do tempo 5 pts: Foco por 74% a 51% do tempo 0 pts: Abaixo de 50% |
| Posicionamento da câmera para o palco durante o | 5 pontos | 5 pts: 100% a 90% do tempo 3 pts: 89% a 75% do tempo |

| | | |
|---|-----------|--|
| evento | | 1 pt: 74% a 51% do tempo 0 pts: Abaixo de 50% do tempo |
| Qualidade do áudio (sem ruídos, cortes ou falhas) | 10 pontos | 10 pts: Áudio claro e contínuo 7 pts: Pequenas falhas que não comprometeram a compreensão 5 pts: Ruídos que comprometeram a compreensão 0 pts: Áudio ininteligível ou falha grave |
| Suporte técnico disponível e atuante durante o evento | 5 pontos | 5 pts: Suporte presente e eficaz 3 pts: Suporte presente, mas pouco responsivo 0 pts: Ausência ou ineficiência de suporte |

7.2. Os critérios avaliativos estão diretamente vinculados ao conteúdo registrado no link da transmissão e sua análise será obrigatoriamente fundamentada de forma individualizada para cada item.

7.2.1. Nos casos em que houver atribuição de nota inferior ao valor máximo para qualquer critério avaliado, a Administração deverá registrar, de forma expressa:

- I - o minuto exato da transmissão em que ocorreu a falha;
- II - a duração da falha observada;
- III - a descrição objetiva da inconsistência verificada;
- IV - a análise do impacto na entrega do objeto contratado, incluindo a identificação da fala, conteúdo ou parte do evento que foi comprometida e os efeitos dessa falha na compreensão pelo público.

7.2.2. Essa exigência se aplica aos seguintes critérios:

- I - Captação da imagem do(s) palestrante(s) pela câmera principal;
- II - Posicionamento da câmera voltado ao palco durante as falas;
- III - Qualidade do áudio, considerando ruídos, cortes ou falhas de captação.

7.3. Fica ressalvado que o critério relativo à disponibilidade e atuação do suporte técnico da empresa contratada não exige análise vinculada ao link da transmissão, podendo ser avaliado com base em registros e observações presenciais no momento da execução.

7.4. A ausência de fundamentação nos moldes acima descritos impedirá a aplicação de retenções, glosas ou deduções proporcionais, salvo quando comprovado inadimplemento integral do item contratado.

7.5. Considera-se falha grave qualquer ocorrência que comprometa total ou parcialmente a compreensão do conteúdo transmitido por período superior a 1 (um) minuto e 30 (trinta) segundos contínuos, incluindo ausência de áudio, ausência de imagem, travamentos severos, interrupções da transmissão ou dessincronização relevante entre áudio e vídeo.

7.6. A aplicação de glosa observará os seguintes parâmetros:

- I - pontuação entre 27 e 30 pontos no IMR: pagamento integral;
- II - pontuação entre 20 e 26 pontos no IMR: glosa de 10% sobre o valor do evento;
- III - pontuação entre 15 e 19 pontos no IMR: glosa de 15% sobre o valor do evento;
- IV - pontuação entre 10 a 15 pontos no IMR: inexecução parcial do serviço;
- V - pontuação inferior a 10 pontos no IMR: inexecução total do serviço.

Do recebimento

7.7. O recebimento provisório do serviço será formalizado mediante Termo de Recebimento Provisório detalhado, elaborado pelo fiscal designado, contendo a verificação da conformidade da execução contratual com os critérios técnicos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto aos seguintes aspectos:

- a) efetiva transmissão ao vivo no horário previamente acordado;
- b) qualidade técnica da imagem e do som, observando-se a ausência de falhas graves, travamentos, interrupções, ruídos excessivos, cortes ou demais inconsistências que comprometam a compreensão do conteúdo transmitido;
- c) funcionamento adequado da plataforma de transmissão, assegurando acesso regular ao público definido pela Administração;
- d) estabilidade da transmissão durante toda a execução do evento, considerando:

- I - tempo total de indisponibilidade da transmissão;
- II - quantidade e duração das interrupções de áudio ou vídeo;
- III - estabilidade da conexão com a plataforma YouTube;
- IV - existência de atrasos no início da transmissão;
- e) presença e atuação da equipe de suporte técnico da contratada durante toda a execução do evento, inclusive quanto:
 - I - ao tempo de resposta para correção de falhas operacionais;
 - II - à adoção imediata de medidas corretivas necessárias à continuidade do serviço;
- f) adequação dos ângulos de filmagem, enquadramento das câmeras e captação de áudio conforme o escopo contratado e as orientações da fiscalização;

g) manutenção da gravação integral do evento, sem perda de conteúdo, falhas relevantes de registro ou interrupções que comprometam a integridade do material;

h) conformidade entre os equipamentos efetivamente utilizados na execução e aqueles exigidos neste Termo de Referência e/ou apresentados na proposta da contratada;

i) verificação de eventuais falhas não solucionadas durante o evento que possam comprometer a qualidade da entrega ou o atingimento da finalidade da contratação;

j) conformidade geral do serviço executado com os critérios técnicos, operacionais e contratuais estabelecidos neste instrumento e no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.7.1. O recebimento provisório considerar-se-á realizado a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório pelo fiscal designado e pela autoridade competente. O prazo para emissão do termo será de 10 (dez) dias úteis, contados da data de realização do evento.

7.8. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.11.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados no momento da execução.

7.11.2.1. A fiscalização não realizará o ateste da última e/ou única medição dos serviços enquanto não for assegurado ao contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.11.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.11.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.14. Após realizado o o procedimento supracitado, o processo observará a seguinte rotina:

7.14.1. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.2. Enviar a documentação pertinente ao setor financeiro e contábil para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.18. Atestada a Nota Fiscal, que deverá ser realizada em até 3 (três) dias úteis do seu envio, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.19.1. o prazo de validade;
- 7.19.2. a data da emissão;
- 7.19.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.19.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.19.5. o valor a pagar; e
- 7.19.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.29. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada unitária.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

- 8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.26. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de

certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. DO VALOR ESTIMADO

9.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$49.322,00 (quarenta e nove mil trezentos e vinte e dois reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.



Documento assinado eletronicamente por **Rubia Pinha Ferreira, Assistente Administrativo(a)**, em 28/05/2026, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Oliveira Macedo, Assessor de Imprensa**, em 18/06/2026, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Carvalho Roncaglio, Coordenador(a) Técnico(a)**, em 18/06/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2431699** e o código CRC **5E90650D**.